

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

2024



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4 e 5

Demonstração do Resultado do Exercício ... 6

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório dos Auditores Independentes ... 21

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Tempo Serviços Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou lucro de R\$ 42.452 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 864.981 mil e Ativos Totais de R\$ 917.904 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante		262.419	316.328
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	262.329	316.251
Despesas antecipadas		90	77
Não Circulante		655.485	568.744
Outros Créditos		655.273	568.551
Créditos Tributários	19d	56.944	56.451
Diversos	7	598.329	512.100
Investimentos		212	193
Participações em Coligadas e Controladas:		212	193
- No Exterior	8	212	193
Total do Ativo		917.904	885.072

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Passivo			
Circulante		1.788	29.979
Outras Obrigações		1.788	29.979
Sociais e Estatutárias	11c	403	468
Fiscais e Previdenciárias	10a	1.385	29.511
Não Circulante		51.135	32.170
Outras Obrigações		51.135	32.170
Fiscais e Previdenciárias	10a	35.151	17.525
Diversas	10b	15.984	14.645
Patrimônio Líquido		864.981	822.923
Capital Social	11a	460.000	400.000
Reservas de Lucros	11b	404.912	422.863
Ajustes de Avaliação Patrimonial		69	60
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		917.904	885.072

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais		50.635	44.963
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	10	13
Outras Receitas Operacionais	16	50.625	44.950
Despesas Operacionais		(12.562)	(16.140)
Despesas de Pessoal	13	(4.138)	(7.514)
Despesas Gerais e Administrativas	14	(3.764)	(5.428)
Despesas Tributárias	15	(3.676)	(2.597)
Outras Despesas Operacionais	17	(984)	(601)
Resultado Financeiro		31.827	51.561
Receitas Financeiras Líquidas	12	31.827	51.561
Resultado antes da tributação sobre o lucro		69.900	80.384
Imposto de Renda e Contribuição Social	19a	(27.448)	(31.153)
Lucro Líquido do Exercício		42.452	49.231
Número de Cotas		460.000	400.000
Lucro Líquido por lote de mil cotas em R\$		92,29	123,08

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	42.452	49.231
Ajustes de Avaliação Patrimonial	9	12
Total do Resultado Abrangente do Exercício	42.461	49.243

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	400.000	55.659	318.441	48	-	774.148
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	12	-	12
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	49.231	49.231
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	49.243
Destinações:						
- Reservas	-	2.461	46.302	-	(48.763)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(468)	(468)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	400.000	58.120	364.743	60	-	822.923
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	9	-	9
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	42.452	42.452
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	42.461
Aumento de Capital	60.000	(55.659)	(4.341)	-	-	-
Destinações:						
- Reservas	-	2.123	39.926	-	(42.049)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(403)	(403)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	460.000	4.584	400.328	69	-	864.981

Demonstrações Financeiras

Tempo Serviços Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	69.900	80.384
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	(38.459)	(28.308)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	(10)	(13)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(38.346)	(28.955)
Provisão para Passivos Contingentes	(103)	660
Lucro Líquido Ajustado	31.441	52.076
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado	-	136.742
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(52.313)	(374.727)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(13.306)	(2.264)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(19.276)	(7.073)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(53.455)	(195.246)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(468)	(381)
Dividendos Pagos	(468)	(381)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(468)	(381)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(53.922)	(195.627)
Início do Exercício	316.251	511.878
Fim do Exercício	262.329	316.251
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(53.922)	(195.627)

TEMPO SERVIÇOS LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tempo Serviços Ltda. ("Sociedade") é uma sociedade de responsabilidade limitada, que tem por objeto social a prestação de serviços de administração e de processamento de cartões de crédito, bem como de apoio à empresa administradora de cartões de crédito e, ainda, serviços correlatos. A Tempo Serviços Ltda., é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4. Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido).

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.8. Patrimônio líquido

a) Lucro por cotas

A Sociedade apresenta dados de lucro por cotas básico. O lucro por cotas básico é calculado dividindo-se lucro líquido pela quantidade de cotas.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os cotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Contrato Social da Sociedade.

2.9. Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Alteração ao IAS 1 (correlacionado ao CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Alterações ao IAS 21 (correlacionado ao CPC 02) - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

- Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (correlacionado ao CPC 26) e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

Notas Explicativas da Administração Tempo Serviços Ltda.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional	1.218	889
Fundo de Investimento ⁽¹⁾	261.111	315.362
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	262.329	316.251

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Depósitos em garantia de recursos fiscais	561.079	456.316
Impostos e contribuições a compensar	16.535	32.473
Depósitos em garantia de recursos trabalhistas	16.550	21.267
Depósitos em garantia de recursos cíveis	1.796	1.715
Outros	2.369	329
Total	598.329	512.100

8. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

Investida	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Cotas (Em mil)	Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de Avaliação ⁽¹⁾	
						2024	2023	2024	2023
Bradescard México S. de R.L.	697.728	2.112.689	104.194	217.990	0,01	212	193	10	13
TOTAL						212	193	10	13

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base dos processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

III - Provisões segregadas por natureza

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Processos Cíveis	5.746	5.491
Processos Trabalhistas	72	12
Total	5.818	5.503

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12	5.491
Atualização Monetária	9	335
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.058	196
Pagamentos	(1.007)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	72	5.746

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 781 (2023 – R\$ 902) para os processos cíveis e R\$ 1.878.061 (2023 – R\$ 1.903.522) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Anos bases de 2006 a 2009 - R\$ 1.749.168 (2023 - R\$ 1.647.999): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.092	29.364
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 19c)	35.151	17.525
Impostos e contribuições a recolher	293	147
Total	36.536	47.036

Notas Explicativas da Administração

Tempo Serviços Ltda.

b) Outras Obrigações – Diversas

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Provisão de honorários advocatícios	10.166	9.142
Provisões Cíveis	5.746	5.491
Provisões Trabalhistas	72	12
Total	15.984	14.645

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em cotas

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 460.000.000 cotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e encontra-se assim distribuído:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Quixabá Empreendimentos e Participações Ltda.	460.000.000	400.000.000
Total de Cotas	460.000.000	400.000.000

Em 30 de abril de 2024 houve aumento de capital social no valor de R\$ 60.000 elevando-o de R\$ 400.000 para R\$ 460.000, mediante a capitalização de parte dos saldos das contas de Reserva de Lucros – Reserva Legal – R\$ 55.659 e Reserva de Lucros – Reserva Estatutária – R\$ 4.341, com a criação de 60.000.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Reservas de lucros	404.912	422.863
- Reserva legal ⁽¹⁾	4.584	58.120
- Reserva estatutária ⁽²⁾	400.328	364.743

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos cotistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	42.452	49.231
Reserva Legal	(2.123)	(2.461)
Base de cálculo	40.329	46.770
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	403	468

12. RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2023
Rendimento de Fundos de Investimentos	31.827	50.374
Rendimento de Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	1.187
Total	31.827	51.561

Notas Explicativas da Administração

Tempo Serviços Ltda.

13. DESPESAS DE PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Indenizações trabalhistas	3.078	7.014
Provisões trabalhistas	1.058	420
Benefícios	2	80
Total	4.138	7.514

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Serviços do sistema financeiro	496	3.632
Serviços técnicos especializados	3.144	1.423
Outras	124	373
Total	3.764	5.428

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Contribuição à Cofins	3.161	2.227
Contribuição ao PIS	515	364
Outras	-	6
Total	3.676	2.597

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Atualização monetária ⁽¹⁾	46.405	40.350
Recuperação de despesas	4.189	3.162
Reversões de provisões operacionais e administrativas	-	1.062
Reversões de provisões contingentes	31	376
Total	50.625	44.950

(1) Referem-se, basicamente, a atualização de depósitos judiciais de impostos a compensar e variação monetária.

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Despesas com contingências	648	234
Patrocínios e Doações	223	-
Serviços de terceiros	113	70
Diversas	-	297
Total	984	601

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Quixabá Empreendimentos e Participações Ltda.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Notas Explicativas da Administração

Tempo Serviços Ltda.

Em 31 de dezembro

	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
	2024	2023	2024	2023
Disponibilidade em Moeda Nacional				
Banco Bradesco S.A.	1.218	889	-	-
Certificado de Depósito Bancário				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	1.187
Dividendos a Pagar				
Quixabá Empreendimentos e Participações Ltda.	(403)	(468)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Sociedade.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	69.900	80.384
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2.10)	(27.960)	(32.154)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas sociedades correspondentes	4	5
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	261	971
Adicional de imposto de renda e Incentivos Fiscais	247	25
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(27.448)	(31.153)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2024	2023
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(27.942)	(31.023)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições temporárias	494	(130)
Total dos impostos diferidos	494	(130)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(27.448)	(31.153)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização / Baixa	Saldo em 31.12.2024
Provisões cíveis	2.196	134	(32)	2.299
Perdas com estabelecimento	35.405	-	-	35.405
Provisões trabalhistas	5	24	-	29
Outras provisões	18.845	367	-	19.212
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	56.451	525	(32)	56.944
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	-
Total dos créditos tributários (Nota 2.10)	56.451	525	(32)	56.944
Obrigações fiscais diferidas (Nota 19e)	17.525	17.626	-	35.151
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	38.926	(17.101)	(32)	21.793

Notas Explicativas da Administração

Tempo Serviços Ltda.

d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	1.405	843	2.248
2026	1.405	843	2.248
2027	32.092	19.255	51.347
2028	688	413	1.101
Total	35.590	21.354	56.944

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta um total de R\$ 51.779 (2023 - R\$ 53.210) referente as diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Tempo Serviços foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 35.151 (2023 - R\$ 17.525), relativas à atualização monetária sobre depósitos judiciais.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023; e
- Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Silvio José Alves

Contador – CRC 1SP202567/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – Torre A, 12º Andar,
Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904 - São Paulo – SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e Administradores da
Tempo Serviços Ltda.
Uberlândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tempo Serviços Ltda. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tempo Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Relatório dos Auditores Independentes

Tempo Serviços Ltda.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Vinicius Maximo
Contador CRC SP-285464/O-0



bradesco